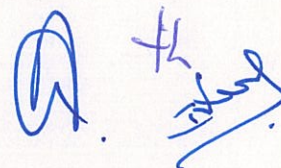




**Instrumentos Previsionais para
o ano de 2016**

Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a flourish.

Índice



Nota introdutória.....	5
1. Política e Estratégia.....	7
1.1 Objetivos Estratégicos.....	7
1.2 Compromisso de sustentabilidade financeira e organizacional	8
2. Enquadramento e pressupostos para os documentos previsionais para o ano de 2016.....	9
2.1 Enquadramento do Orçamento de 2016	9
2.2 Contrato programa para 2016.....	9
3. Plano de atividades anual.....	10
3.1 Principais atividades.....	10
3.1.2 Escola municipal de natação (EMNS)	10
3.1.3 As Cortes de Santarém.....	10
3.1.4 Parque Aquático Municipal – exterior do Complexo Aquático Municipal	10
3.1.5 Festival Nacional de Gastronomia	11
3.2 Infraestruturas sob gestão da empresa.....	11
3.2.1 Piscinas interiores (Complexo e Sacapeito)	11
3.2.2 Parque Aquático	11
3.2.3 Pavilhão Gimnodesportivo e Nave Municipal	12
3.2.4 Campo Chã das Padeiras.....	12
3.2.5 Outros equipamentos	12
3.3 Planeamento de atividades multidisciplinares de lazer e tempos livres	12
3.4 Manutenção, conservação e logística	12
4. Planeamento económico-financeiro e instrumentos de gestão previsional.....	14
4.1 Plano de recursos humanos.....	14
4.1.2 Estrutura previsional	14
4.1.3 Custos.....	15
4.1.4 Desenvolvimento pessoal	15
4.2 Demonstração de resultados previsional	16
4.3 Orçamento de exploração previsional.....	17
4.4 Previsão de execução orçamental mensal	20



4.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional.....	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2016 (montantes em euros).....	21
4.6 Balanço previsional.....	22
4.7 Fundamentação das verbas inscritas no Contrato Programa.....	23
4.8 Prestação de serviços ao Município de Santarém.....	23
4.9 Prestação de serviços a outras entidades.....	23
5. Parecer do Fiscal Único sobre os documentos de gestão previsional para 2016	24
6. Compromissos plurianuais – autorização prévia genérica.....	25

Nota introdutória

A Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA entra em 2016 no segundo ano de consolidação da sua reestruturação, imposta pela necessidade de respeitar todos os critérios contidos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto.

Face ao disposto neste artigo, bem como pelo novo paradigma imposto ao setor empresarial local, mostrou-se inevitável reestruturar profundamente a empresa municipal Viver Santarém.

Continuamos a acreditar no paradigma da empresarialização das atividades, baseada na introdução de mecanismos de mercado e na adoção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre os fornecedores de serviços de interesse geral, no desenvolvimento da iniciativa económica, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão e no aumento da eficiência e da flexibilização da gestão.

A escolha das atividades prende-se com critérios de operacionalidade, que justificam a agilização de procedimentos, para que as atividades empresarializadas se tornem cada vez mais eficientes e sustentáveis do ponto de vista do custo-benefício;

As vantagens da gestão das atividades no âmbito do desporto, tempos livres e lazer, desenvolvidas sob a forma empresarial, sobrepõem-se largamente aos inconvenientes da prestação direta pelos serviços municipais, acautelando os princípios de racionalidade no contexto das novas formas de gestão e gerando receitas consideráveis nalguns equipamentos que permitam a alocação dos respetivos resultados à manutenção das infraestruturas desportivas do Município sob gestão da empresa, reduzindo os gastos deste nesta área.

Apesar das dificuldades por todos reconhecidas, foi possível apresentar ainda em 2014, conforme espelhado no Relatório e Contas daquele ano, resultados operacionais e de desempenho que confirmam e nos mantem convictos de que foi tomada, em devido tempo, a decisão mais acertada quanto ao rumo da empresa.

O Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA,

Em Santarém, 16 de outubro de 2015,

O Presidente,

RICARDO GONÇALVES

Ricardo Gonçalves

Os Vogais,

Inês Barroso Lopes

Inês Barroso Lopes

Luis Sousa Farinha

Luis Sousa Farinha

1. Política e Estratégia

1.1 Objetivos Estratégicos

São objetivos estratégicos da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA (VS) os constantes do seu objeto social, nomeadamente:

Assegurar a prestação de serviço público no âmbito da atividade física e desportiva, do lazer e tempos livres e de outras atividades de animação do concelho, nomeadamente as que sejam determinadas realizar pelo município nos espaços e equipamentos sob sua gestão.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem objetivos da VS:

- a) Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- b) Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades físicas e desportivas de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções de incentivo e apoio à prática desportiva, definidas pela Câmara Municipal;
- c) Participar em coproduções ou colaborações com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- d) Assegurar a produção e supervisão de atividades de lazer e de animação de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções culturais definidas pela Câmara Municipal;
- e) Assegurar a gestão, exploração e manutenção de espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos.
- f) Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas e desportivas, incluindo o desporto adaptado, com especial enfoque no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
- g) Contribuir para o desenvolvimento desportivo do concelho;
- h) Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas do concelho, ao nível da operação e manutenção, bem como da maximização da utilização das diversas instalações;

- i) Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação do desporto e da atividade física e do lazer;
- j) Fomentar o intercâmbio desportivo e cultural a nível nacional e internacional;
- k) Organizar e apoiar ações desportivas, culturais e de lazer de prestígio.
- l) Com o objetivo de aproveitamento de sinergias entre a VS, a Câmara Municipal de Santarém e outras empresas do setor empresarial municipal, na prossecução de uma política de gestão integrada, nomeadamente no que respeita à uniformização de critérios de gestão em diversas áreas, a VS exercerá também a atividade de consultadoria nas áreas da sua especialidade.

1.2 Compromisso de sustentabilidade financeira e organizacional

O primeiro e principal compromisso assume-se com a gestão racional e rigorosa, que permita ganhos de eficácia e eficiência no desenvolvimento dos objetivos estratégicos.

O novo enquadramento legislativo que regula a atividade empresarial local tem uma abrangência e uma exigência superiores ao anterior.

A Lei 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local (RJAEL) e o Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE), trazem ao léxico das empresas locais expressões que devem ser o fundamento da sua gestão.

O equilíbrio e a sustentabilidade financeira são o nosso compromisso e o dos nossos trabalhadores, numa efetiva mobilização para uma prestação mais eficiente da oferta de serviços e investimento em novas áreas de negócio, que vá ao encontro das necessidades e expectativas da população do concelho, que assente ainda numa rede de parceiros e patrocinadores que se pretende cada vez maior e mais sólida.

2. Enquadramento e pressupostos para os documentos previsionais para o ano de 2016

2.1 Enquadramento do Orçamento de 2016

Mantendo-se os pressupostos do ano anterior, a ótica da exploração do investimento e do financiamento, que incorpora a gestão dos equipamentos desportivos e de lazer e que permite o desenvolvimento maioritariamente sustentado pelo seu volume de negócios, gerador da rentabilidade, permitirá reinvestir nos equipamentos comoditados e promover um maior desenvolvimento dos valores e das atividades do concelho de Santarém.

Perante a exploração desenhada ao nível das várias vertentes do negócio, perspetiva-se uma rentabilidade geradora de *cash-flows* positivos.

Quanto ao financiamento da atividade, prevê-se a manutenção do nível de subsídios à exploração do ano anterior, representando o volume de negócios cerca de 77,07% deste financiamento no ano de 2016. Relativamente ao nível de financiamento da CMS, este apresenta-se na ordem dos 19,5% dos gastos totais. Esta subsidiação está prevista maioritariamente para a área do desenvolvimento desportivo, no âmbito dos preços sociais praticados nos equipamentos sob sua gestão.

Pretende-se sejam utilizados apenas recursos próprios da empresa, mais otimizados, que permitam alavancar o volume de negócios e, desta forma, melhorar o nível de independência financeira.

No âmbito deste projeto apenas se prevê recorrer a fontes de financiamento externas para contratação de empréstimo de apoio à tesouraria em caso de necessidade extrema, pontual e objetiva, a liquidar até 31 de dezembro de 2016, obtido o parecer prévio previsto na alínea a) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estando demonstrado que a empresa participada pelo Município em 100%, apresenta as suas contas equilibradas, para efeitos dos artigos 40º e 55º n.º 2 do mesmo diploma, e que os empréstimos contraídos não relevam para efeitos do endividamento do Município nomeadamente na data da contração do empréstimo.

2.2 Contrato programa para 2016

As transferências financeiras do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, e destinam-se a gastos com a estrutura de apoio à atividade da empresa,

gestão de infraestruturas e equipamentos desportivos (as atividades nalguns dos equipamentos são maioritariamente de índole associativa ou social e a sua utilização ocorre essencialmente a título gratuito), e prática de preços sociais, na prossecução do interesse público.

3. Plano de atividades anual

3.1 Principais atividades

3.1.2 Escola municipal de natação (EMNS)

Da análise da escola, face ao número de classes, o número de horas afeto e lecionado em cada classe, o valor correspondente a cada técnico que as leciona e o valor que cada utente paga pelo referido serviço, pretende-se que a EMNS possa continuar a superar os seus objetivos e metas traçadas na fidelização de utentes, qualidade de serviços, na continuidade do valor gerado para a empresa, sem grandes variações nos últimos anos letivos.

Prevê-se que os rendimentos se possam manter na média dos últimos 3 anos, cerca de 250 mil euros anuais.

A variação do número de alunos e utilizadores informais das instalações de interiores do Complexo Aquático e Piscinas do Sacapeito não é relevante, cifrando-se numa média anual de 1.700 inscritos nos últimos 3 anos.

3.1.3 As Cortes de Santarém

Projeto interrompido em 2015, por iniciativa Municipal, pretende-se retomar em 2016 com novo formato, mais apelativo e de continuidade em anos futuros, reconhecendo e demonstrando a grandiosidade e riqueza histórica da Cidade.

3.1.4 Parque Aquático Municipal – exterior do Complexo Aquático Municipal

Com utilização durante a época balnear, entre os meses de junho e setembro, este equipamento atingiu níveis de ocupação relevantes: em 2014 contabilizou 135.485 utilizadores e em 2015 152.859 utilizadores.

Comparativamente ao período homólogo em 2014, em 2015 verificou-se um significativo crescimento dos rendimentos obtidos, na ordem dos 20,4%, aumentando o valor de 676.176,30€ em 2014 para 813.970,25€ em 2015,

A este equipamento acorrem maioritariamente utilizadores de fora do Concelho, aos fins-de-semana e feriados, sendo a utilização semanal maioritariamente composta por grupos organizados por escolas, juntas de freguesia, organizações de ocupação de tempos livres e outras entidades sem fins lucrativos.

3.1.5 Festival Nacional de Gastronomia

Organizado pela empresa pela primeira vez em 2013, decorre à data da elaboração deste documento a 35ª edição.

Festival de grande projeção e visibilidade a nível nacional, que se pretende dinamizar atingindo maior dimensão e relevância, com incremento do número de visitantes, patrocinadores e participantes, numa clara aposta no desenvolvimento da economia local e regional numa área de atividade de lazer com grande potencial de crescimento.

3.2 Infraestruturas sob gestão da empresa

Conscientes de que as instalações e equipamentos ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática desportiva e ocupação de tempos livres, continuarão a ser programadas ações específicas de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática das diversas modalidades que comportam.

3.2.1 Piscinas interiores (Complexo e Sacapeito)

Pretende-se a continuidade do desenvolvimento das atividades regulares neste equipamento, essencialmente ocupado pela escola municipal de natação, escolas do concelho, associativismo desportivo local e população em geral.

3.2.2 Parque Aquático

Pólo de atração nacional durante a época balnear, pretende-se no ano de 2016 a continuidade da prestação dos serviços, elevando a qualidade das experiências proporcionadas aos utilizadores.

Para além da necessária manutenção anual do espaço e equipamento, pretende-se no ano de 2016 ter a capacidade de substituir e renovar alguns dos equipamentos, que permitam uma oferta mais alargada e o nível de competitividade da empresa face a outros equipamentos que prestam serviços concorrenciais.

3.2.3 Pavilhão Gimnodesportivo e Nave Municipal

Com utilização maioritária pelos agentes do associativismo desportivo do concelho, pretende-se alargar a novas áreas de negócio, nomeadamente pela rentabilização de espaços e salas com utilização até agora residual.

3.2.4 Campo Chã das Padeiras

Único campo de relvado natural do concelho, serve de palco às provas desportivas oficiais das modalidades praticadas.

Com utilização limitada às condições particulares de um relvado natural que, no entanto, se maximiza com especial dedicação, técnica e metodologia de tratamento e manutenção, é utilizado essencialmente pelo tecido associativo desportivo do concelho.

3.2.5 Outros equipamentos

Pretende-se assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, eventualmente e a cada momento, lhe sejam afetos, por comodato ou simples deliberação do executivo municipal.

3.3 Planeamento de atividades multidisciplinares de lazer e tempos livres

Planear e instituir metodologias com uma organização capaz de potenciar um elevado grau de eficiência e eficácia na gestão de todos os recursos necessários à implementação, operacionalização e desenvolvimento de atividades, evitando redundâncias funcionais e promovendo a concertação transversal das necessidades.

Em paralelo, é efetuado o planeamento da utilização dos equipamentos, permitindo uma análise do histórico das atividades e a recolha de dados para a antecipação rigorosa no que se refere aos meios a afetar a cada atividade ou evento.

3.4 Manutenção, conservação e logística

Regulamentação e sistematização das solicitações de entidades externas e de eventos, mas principalmente a decorrente da própria atividade da empresa, planeando todas as



intervenções com uma gestão eficiente da afetação de recursos humanos e materiais, de forma criteriosa e seletiva.

A manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas é calendarizada com a sequência que afete apenas no mínimo a exploração, potenciando a segurança, a qualidade da prestação dos serviços e a redução dos custos de cada operação.

4. Planeamento económico-financeiro e instrumentos de gestão previsional

Considerando o plano de reestruturação da empresa, deliberado nos órgãos competentes para o efeito, todos os instrumentos de gestão previsional refletem as previsões incluídas no plano aprovado.

4.1 Plano de recursos humanos

Os recursos humanos, também chamados de capital humano, são um dos principais ativos da empresa.

Previstos no plano, estão, à data de preparação destes instrumentos previsionais, por preencher os 2 lugares de Assistente Operacional Nadador Salvador, tendo sido solicitado parecer jurídico para esta contratação, no contexto da publicação do novo estatuto que regula o exercício específico desta profissão bem como da limitação da celebração de novos contratos de trabalho.

4.1.2 Estrutura previsional

Departamento Administrativo e financeiro	
Diretor	1
Técnico superior	1
Assistente técnico	7
Assistente operacional	4
Equipa Multidisciplinar de Planeamento de atividades	
Coordenador	1
Técnico superior	8
Assistente técnico - encarregado	1
Assistente técnico – nadador salvador	1
Assistente técnico	2
Assistente operacional – nadador salvador	2
Assistente operacional	7

Handwritten initials and signature in the top right corner.

Equipa Multidisciplinar de manutenção e infraestruturas	
Coordenador	1
Assistente técnico - encarregado	1
Assistente operacional	14

Quadro de pessoal previsional para 2016 - totais	
Diretor	1
Coordenador	2
Técnico superior	9
Assistente técnico - encarregado	2
Assistente técnico - nadador salvador	1
Assistente técnico	9
Assistente operacional - nadador salvador	2
Assistente operacional	25
TOTAL	51

4.1.3 Custos

Os valores apresentados em termos de custos são globais, considerando que nesta data se desconhece a orientação para o Orçamento de estado para 2016, nomeadamente quanto à redução ou reposição de salários, não tendo sido consideradas quaisquer alterações salariais.

4.1.4 Desenvolvimento pessoal

Consciente de que o êxito da gestão dos trabalhadores depende também do reconhecimento do mérito, está a ser desenvolvido um modelo de avaliação de desempenho, que reconheça o contributo e desempenho de cada trabalhador para os resultados da sua área e identificação de situações suscetíveis de necessidade de correção.

No âmbito da formação, o objetivo é potenciar a qualificação profissional dos trabalhadores, que trará reflexos no seu desempenho, valorização pessoal e criação de valor para a organização.

4.2 Demonstração de resultados previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do ano de 2016
(montantes em euros)

Demonstração de resultados previsional	
Vendas e serviços prestados	1 518 866€
Subsídios à Exploração	347 926€
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	
Variação nos inventários da produção	
Trabalhos para a própria entidade	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	940€
Fornecimento e serviços externos	855 410€
Gastos com o pessoal	892 132€
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reduções)	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
Aumentos/reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	2 407€
Outros gastos e perdas	17 482€
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	103 234€
Gastos/reversões de depreciação e amortização	12 572€
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
EBIT (Resultado Operacional)	90 662€
Juros e rendimentos similares obtidos	142€
Juros e gastos similares suportados	2 446€
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	88 358€
Imposto sobre o rendimento do período	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	88 358€

A demonstração de resultados que aqui se apresenta, como acima referenciado, é representativa do estudo económico-financeiro que serviu de suporte à aprovação do plano de reestruturação da empresa pelos órgãos competentes, tendo sido previstos os valores não referenciados, nomeadamente em outros gastos e perdas e gastos/reversões de depreciação e amortização.

4.3 Orçamento de exploração previsional

6	GASTOS	1.780.984 €
61	CMVMC	940 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos	855.410 €
621	Subcontratos	0 €
622	Serviços especializados	299.497 €
6221	Trabalhos Especializados	34.470 €
6222	Publicidade e propaganda	17.041 €
6223	Vigilância e segurança	11.799 €
6224	Honorários	122.466 €
6226	Conservação e reparação	113.721 €
6228	Outros	0 €
623	Materiais	59.625 €
6231	Ferramentas e utensílios	18.170 €
6232	Livros e documentação	113 €
6233	Material de escritório	7.712 €
6234	Artigos para oferta	0 €
6235	Produtos Químicos	33.630 €
6238	Outros	0 €
624	Energia e Fluidos	381.972 €
6241	Eletricidade	197.736 €
6242	Combustíveis	102.935 €
6243	Água	81.302 €
625	Deslocações, estadas e transporte.	1.107 €
626	Serviços Diversos	113.209 €
6261	Rendas e Aluguers	61.885 €
6262	Comunicação	8.341 €
6263	Seguros	5.810 €
6265	Contencioso e notariado	857 €
6266	Despesas de representação	0 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	12.035 €
6268	Outros serviços	24.281 €
63	Gastos com pessoal	892.132 €
631	Remuneração Órgãos sociais	0 €
632	Remunerações do pessoal	713.468 €
635	Encargos com remunerações	160.857 €
636	Seguros	7.470 €
637	Gastos de ação social	1.919 €
638	Outros gastos com pessoal	8.418 €
64	Gastos depreciação e /amortização	12.572 €
68	Outros gastos e perdas	17.483 €
69	Gastos e perdas de financiamento	2.446 €
7	RENDIMENTOS	1.869.342 €
71	Vendas	1.342 €
72	Prestação de serviços	1.517.524 €
	Prestação de serviços	1.265.450 €
	Contrato In House CMS	252.074 €
75	Subsídios à exploração	347.926 €
78	Outros rendimentos e ganhos	2.407 €
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	143 €

Nota Explicativa:

O valor global do Orçamento de Gastos para o ano de 2016 é de 1.780.984€, e Rendimentos de 1.869.342€

Gastos:

Trabalhos especializados - prestações de serviços manutenção de equipamentos elétricos, assistência especializada, técnico e revisor oficiais de contas ou inspeções obrigatórias de equipamentos;

Publicidade e propaganda – divulgação de projetos, ações ou eventos;

Vigilância e Segurança - prestação de serviços de vigilância e segurança às instalações e atividades em que se mostre necessário;

Honorários - Técnicos ao serviço da Escola Municipal, apoio jurídico e outras prestações de serviços;

Conservação e reparação - trabalhos de conservação e reparação corrente de equipamentos;

Ferramentas e utensílios de desgaste rápido – Ferramentas de uso comum, elétrico e outros;

Material de escritório - estacionário, material informático, artigos de papelaria, software ou hardware;

Eletricidade, combustíveis e água – Consumo nas instalações sob gestão da empresa;

Comunicações – Comunicações móveis e fixas, correio terrestre e despesas com website;

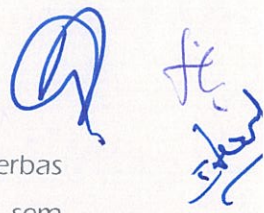
Seguros - Apólices de contratação obrigatória, como Multi-riscos, Responsabilidade Civil e Acidentes pessoais de grupo;

Despesas de Representação - despesas de representação em atividades do interesse da empresa;

Limpeza, Higiene e Conforto - produtos de limpeza, higiene e desinfeção;

Outros Fornecimentos e Serviços - despesas não enquadráveis noutras rubricas, decorrentes de encargos com licenças, atividades e eventos.

Gastos com Pessoal - gastos com salários e respetivos encargos;



Verifica-se que, no decurso do exercício, mostrar-se-á adequado alterar algumas verbas previstas nas contas de gastos, transpondo-as de umas para outras rúbricas, sem qualquer alteração do valor total orçamentado.

Rendimentos:

Prestação de serviços – inscrições e mensalidades na escola municipal de natação, receitas de bilheteira do Parque Aquático, utilização de espaços de jogo e treino, receitas de bilheteira de outras atividades, prestações de serviços ao Município e outras prestações de serviços.

Subsídio à exploração - Contrato programa a celebrar com o Município de Santarém.

4.4 Previsão de execução orçamental mensal

Conta	Descritivo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Orçamento
6	GASTOS	128.334	128.334	154.499	128.334	159.519	207.960	109.334	109.334	136.334	254.334	136.334	128.334	1.780.984
61	CMVMC					940								940
62	Forn. e Serv. Ext.	57.000	57.000	83.165	57.000	87.245	68.000	38.000	38.000	65.000	183.000	65.000	57.000	855.410
63	Pessoal	68.626	68.626	68.626	68.626	68.626	137.251	68.626	68.626	68.626	68.626	68.626	68.626	892.132
64	Dep. e amortizações	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	1.048	12.572
68	Outros gastos e perdas	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	1.457	17.483
69	Gastos e predas financ.	204	204	204	204	204	204	204	204	204	204	204	203	2.446
7	RENDIMENTOS	80.749	106.249	111.249	81.249	80.249	171.233	279.439	304.013	121.433	181.249	281.249	70.983	1.869.342
71	Vendas	66	67	67	67	67	50	276	300	250	67	67		1.342
72	Prestação de serviços	51.476	76.976	81.976	51.976	50.976	141.976	249.956	274.506	91.976	151.976	251.976	41.776	1.517.524
	Escola Mun. Natação	24.500	30.000	25.000	25.000	24.000	25.000	5.000	1.500	25.000	25.000	25.000	15.000	250.000
	Parque Aquático						90.000	220.000	250.000	40.000				600.000
	Festas de S. José		20.000	30.000										50.000
	Festival Nac.													
	Gastronomia									60.000	200.000	40.000		300.000
	Contrato In House CMS	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	21.006	252.074
	Outras prest. de serviços	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	3.950	2.000	5.970	5.970	5.970	5.770	65.450
75	Subsídios à exploração	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	28.994	347.926
78	Outros rend. e ganhos	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	2.407
79	Juros, Div e rend. Simil.	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	143

17

4.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2016 (montantes em euros)

RUBRICAS	PERÍODO
	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	
Recebimentos de clientes	1.866.792,00
Pagamentos a fornecedores	-781.349,74
Pagamentos ao pessoal	-892.132,06
Caixa gerada pelas operações	193.310,20€
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos	-193.075,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	234,63
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	
Outros ativos	
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	142,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Recebimentos provenientes de:	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Juros e gastos similares	
Pagamentos respeitantes a:	
Juros e gastos similares	-2.446,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2.446,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2069,07
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.510,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.440,93

O Conselho de Administração

TOC N° 9019 (Carlos Ferreira)

Ricardo Gomes

Fluxo

4.6 Balanço previsional

Balanço - (modelo normal) a 31-12-2016 (montantes em euros)

RUBRICAS	DATA	DATA	VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2016	
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	27.000,00	14.427,64	-12.572,36
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Ativo corrente			
Inventários	750,00	750,00	
Clientes	250.000,00	250.000,00	
Estado e outros entes públicos	5.000,00	5.000,00	
Outras contas a receber			
Diferimentos	140.000,00	70.000,00	-70.000,00
Caixa e depósitos bancários	6.510,00	4.440,93	-2.069,07
Total do ativo	429.260,00	344.616,57	-84.641,43
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	65.000,00	65.000,00	
Reservas legais	3.160,00	3.340,00	180,00
Resultados transitados	4.300,00	5.920,00	1.620,00
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período	1.800,00	88.358,57	86.558,57
Total do capital próprio	74.260,00	162.518,57	88.358,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	50.000,00	55.000,00	5.000,00
Estado e outros entes públicos	65.000,00	65.000,00	
Outras contas a pagar	240.000,00	62.000,00	-178.000,00
Diferimentos			
Total do passivo	355.000,00	182.000,00	-173.000,00
Total do capital próprio e do passivo	429.260,00	344.616,57	-84.641,43

O Conselho de Administração

Ricardo Gonçalves
[Assinatura]

TOC N° 9019 (Carlos Ferreira)
[Assinatura]

4.7 Fundamentação das verbas inscritas no Contrato Programa

No âmbito das competências delegadas pelo Município de Santarém na empresa, celebra-se um contrato programa onde se estabelecem as verbas necessárias para cobertura do défice de exploração, definindo ainda os graus de eficácia e eficiência que se pretendem atingir na avaliação da execução dos objetivos propostos para este ano.

Este défice de exploração decorre da prática de preços sociais e utilização definidas nas orientações do Município para a utilização dos equipamentos e participação em atividades em situação de igualdade de oportunidade, acessibilidade, continuidade e qualidade à população do nosso concelho, no âmbito das obrigações de serviço público.

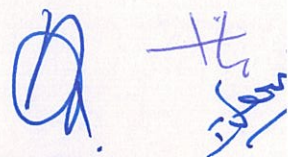
No subsídio considerado para o ano de 2016, no valor de 347.926€, não estão incluídas verbas a título de pagamentos de prestações de serviços.

4.8 Prestação de serviços ao Município de Santarém

Estima-se que o valor das prestações de serviços de apoio à prática e desenvolvimento desportivo nas instalações sob gestão da empresa a proporcionar ao Município corresponda a 252.074€, acrescidos de IVA à taxa normal.

4.9 Prestação de serviços a outras entidades

Conforme previsto nos estatutos, mediante prévia autorização, a empresa poderá prestar serviços a outras entidades, nomeadamente serviços de consultoria.



5. Parecer do Fiscal Único sobre os documentos de gestão previsional para 2016

Anexo I



6. Compromissos plurianuais – autorização prévia genérica

Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei 8/2012, de 8 de fevereiro, lei dos Compromissos e pagamentos em atraso (LCPA)

Considerando que:

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia;

Esta Lei é aplicável ao setor empresarial local, nos termos do n.º 2 do seu artigo 2.º;

No respeitante às empresas locais estas normas devem ser adaptadas, considerando que o órgão deliberativo da empresa é a sua Assembleia Geral, e que o acionista único, o Município de Santarém, deve mandar o seu representante para deliberação da autorização em reunião de executivo municipal, podendo ser este mandato deliberado em conjunto com o mandato para aprovação dos instrumentos previsionais;

O Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA, propõe que, por motivos de simplificação e agilização processuais, aplicando uma solução idêntica à preconizada para, por exemplo, as Camaras Municipais, que a Assembleia Geral, após prévia deliberação de aprovação e atribuição de mandato a representante da Camara Municipal de Santarém, delibere:

1. Para os efeitos previstos no artigo e com os considerandos supracitados, emitir autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA, nos seguintes termos:
 - a) Compromissos que resultem de contratações sob qualquer forma jurídica, desde que os encargos resultantes estejam previstos no orçamento para 2016;
 - b) Que estes encargos não excedam, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, o limite máximo de 50.000€ e o período temporal de 36 meses.
2. A assunção de compromissos plurianuais contidos nesta autorização prévia apenas serão efetivos, para além do previsto no número anterior, desde que sejam

respeitadas todas as regras e procedimentos previstos na referida lei, bem como no Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que a regulamenta,

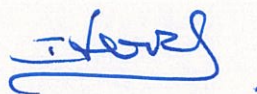
Santarém, 16 de outubro de 2015

O Presidente do Conselho de Administração,

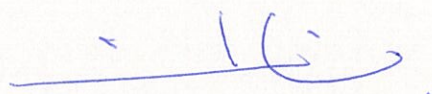


Ricardo Gonçalves

Os Vogais,



Ines Barroso Lopes



Luis Sousa Farinha

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela **Viver Santarém –Desporto e Lazer, EM, SA**, detida pelo **Município de Santarém** com base no Contrato Programa a celebrar entre aquelas entidades, no valor de 347 926,00 € (trezentos e quarenta e sete mil novecentos e vinte e seis euros), para o exercício de 2016.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade e dizem respeito à prática de preços sociais e à utilização e manutenção geral dos equipamentos desportivos da empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respectivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correcção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Directriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, que exige que:

- Caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examine a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e
- Analise os cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato Programa e encontra-se suportado pelo orçamento de exploração aprovado.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Santarém, 16 de outubro de 2015

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda


Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2016, da **Viver Santarém – Desporto e Lazer, EM, SA**, consistindo, nos Planos plurianuais e anuais de atividades, Orçamento anual de exploração e Balanço previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 345 milhares de euros e um total de capital próprio positivo de 163 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 88 milhares de euros).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

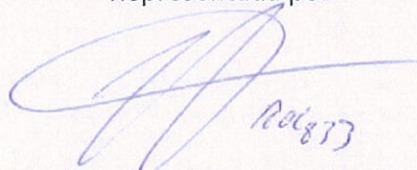
6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Santarém, 16 de outubro de 2015

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda

Representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes